



Prefeitura Municipal de Alegre
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Administração

LEI Nº 3.438/2017

DISPÕE SOBRE O REPARCELAMENTO E PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE ALEGRE COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, NA FORMA PREVISTA NA MP 778/2017 E PORTARIA MF Nº 333/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o parcelamento e/ou reparcelamento dos débitos do Município de Alegre - ES com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo IPASMA - Instituto de Previdência Social do Município de Alegre - ES, em até 200 (duzentas) prestações mensais, iguais e sucessivas, de contribuições devidas pelo ente federativo ou descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, bem como de outros débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, relativos a competências até março de 2017, observado o disposto na MP 778/2017, artigo 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, com as alterações da Portaria MF nº 333/2017.

Art. 2º - Para apuração do montante devido a ser parcelado os valores originais serão atualizados pelo IPCA, acrescido de juros simples de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês e multa e 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

Art. 3º - Em caso de reparcelamento, para apuração do novo saldo devedor, os valores consolidados do parcelamento ou reparcelamento anterior e das suas respectivas prestações pagas serão atualizados pelo IPCA, acrescido de juros SIMPLES de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês e multa e 2% (dois por cento) acumulados desde a data da consolidação do parcelamento ou reparcelamento anterior e das datas das suas respectivas prestações pagas até a data da nova consolidação do termo de reparcelamento.

Art. 4º - As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA acrescido de juros simples e de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.



Prefeitura Municipal de Alegre
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Administração

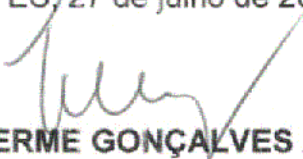
Art. 5º - As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros simples de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês e multa e 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 6º - Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcelamento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo Único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam – se as disposições em contrário.

Alegre - ES, 27 de julho de 2017.


JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR
Prefeito Municipal de Alegre - ES



DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO OFICIAL
DOS PODERES
DO ESTADO

www.dio.es.gov.br

Vitória (ES), Sexta-feira, 18 de Agosto de 2017

Edição Nº 24555

DIVERSOS

Prefeituras

Alegre

LEI Nº 3.438/2017

DISPÕE SOBRE O REPARCELAMENTO E PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE ALEGRE COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, FORMA PREVISTA NA MP 778/2017 E PORTARIA MF Nº 333/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o parcelamento e/ou reparcelamento dos débitos do Município de Alegre - ES com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo IPASMA - Instituto de Previdência Social do Município de Alegre - ES, em até 200 (duzentas) prestações mensais, iguais e sucessivas, de contribuições devidas pelo ente federativo ou descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, bem como de outros débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, relativos a competência até março 2017, observado o disposto na MP 778/2017, artigo 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, com as alterações da Portaria MF nº 333/2017.

Art. 2º - Para apuração do montante devido a ser parcelado os valores originais serão atualizados pelo IPCA, acrescido de juros simples de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês e multa e 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

Art. 3º - Em caso de reparcelamento, para apuração do novo saldo devedor, os valores consolidados do parcelamento ou reparcelamento anterior e das suas respectivas prestações pagas serão atualizados pelo IPCA, acrescido de juros SIMPLES de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês e multa e 2% (dois por cento) acumulados desde a data da consolidação do parcelamento ou reparcelamento anterior e das datas das suas respectivas prestações pagas até a data da nova consolidação do termo de

reparcelamento.

Art. 4º - As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA acrescido de juros simples e de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.

Art. 5º - As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros simples de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês e multa e 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 6º - Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcelamento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo Único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Alegre - ES, 27 de julho de 2017.
JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUIAR

Prefeito Municipal de Alegre - ES
Protocolo 337222

Barra de São Francisco

RESUMO DE CONVÊNIO

Processo do Município de Barra de São Francisco - ES e o Município de Mantenópolis-ES.

Convênio de cessão de Servidores que entre si celebram o Município de Barra de São Francisco - ES e o Município de Mantenópolis -ES, por intermédio da Prefeitura Municipal de Mantenópolis

CEDEnte:Município de Mantenópolis - ES
CESSIONÁRIA:Município de Barra de São Francisco - ES

OBJETO: Destina-se o presente convênio à cessão por parte do MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS -ES, de 01 (um) servidor efetivo do quadro de pessoal do CEDENTE/ MUNICÍPIO para trabalhar exercendo suas funções junto ao Município de Barra de São Francisco -ES CESSIONÁRIO qual seja: DALVANI SATLHER DA SILVA,

ocupante do cargo de Escriturário, matrícula nº 000043.

REMUNERAÇÃO: Cumpre ao **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL** arcar com o pagamento dos vencimentos da servidora cedida, bem como seus respectivos encargos trabalhistas;
VIGÊNCIA:12 (doze) meses
Barra de São Francisco / ES, 17 de agosto de 2017

ALENCAR MARIM

Prefeito Municipal de Barra de São Francisco/ES

HERMÍNIO

HESPAHOL

Prefeito Municipal de Mantenópolis/ ES

Protocolo 337291

Baixo Guandu

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU RESUMO DE CONTRATO

Processo nº 6.032/2017

CONTRATO Nº 059/2017

OBJETO: Aquisição de Pneus para Máquinas e Equipamentos da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Fund. Legal: Art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993 e § 1º do Art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013.

Adesão Ata RP Nº 015/2016, oriunda do PPSRP nº 015/2016 realizado pela R.M São Domingos do Norte.

CONTRATADO:

STOP CAR PNEUS EIRELI ME

CNPJ nº 19.475.081/0001-04

Prazo Vigência = 12 MESES

Vr. Total R\$44.636,00

Baixo Guandu/ES, 17/08/2017.

JOSÉ DE BARROS NETO

Prefeito Municipal

Protocolo 337270

Conceição do Castelo

DECISÃO REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2017

PROCESSO Nº 1.592/2017

Trata-se de procedimento administrativo visando a deflagração de processo licitatório, na modalidade tomada de preços, em que a finalidade é a contratação de empresa para prestação de serviços afetos à gestão da tecnologia da informação - TI - e comunicação, destinados às necessidades do Município de Conceição do Castelo - ES, conforme pedido protocolizado sob o nº 1.592/2017.

A advocacia Geral do Município

exarou parecer recomendando a invalidação dos documentos de fls.423/456 dos autos, ante o poder de autotutela, nos termos das súmulas 346 e 473 do STF, bem como sugerindo a publicação no diário oficial e em jornal de grande circulação, bem como intimar as empresas licitantes por correio eletrônico para que, em até 08 dias úteis, apresentem **novos documentos de habilitação e de proposta**, nos termos do Artigo 48, §3º da Lei 8.666/1993, designando dia e hora (após o prazo de 08 dias úteis) para nova abertura dos envelopes de habilitação e proposta de preços.

Acolho integralmente o parecer jurídico mencionado para determinar à Comissão Permanente de Licitação a adoção das medidas nele elencadas.

Encaminho os autos à Advocacia Geral do Município para conhecimento da presente decisão e posterior remessa dos mesmos ao setor de licitações para as providências cabíveis.

Conceição do Castelo - ES, 08 de agosto de 2017.

Christiano Spadetto

Prefeito de Conceição do Castelo - ES

Protocolo 337393

Dores do Rio Preto

PREGÃO PRESENCIAL N.º 52/2017

O Município de Dorés do Rio Preto-ES, através de sua Pregoeira, torna público que realizará **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo menor preço por lote, no dia **28/09/2017, às 09:00 horas**, visando a Contratação de serviços de escavadeira hidráulica de esteira, caminhão prancha, trator esteira e retro escavadeira. O Edital completo encontra-se disponível na CPL e no site: www.pmdrp.es.gov.br.

Informações: Bárbara ou Helder. Tel. (28) 3559-1102, R.221.

Dorés do Rio Preto, 17/08/2017.

Bárbara Lopes Moreira

Pregoeira

Protocolo 337284

PREGÃO PRESENCIAL N.º 50/2017

O Município de Dorés do Rio Preto-ES, através de sua Pregoeira, torna público que realizará **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo menor preço por lote, no dia **22/09/2017, às 09:00 horas**, visando a Aquisição de material permanente (móveis e eletroeletrônicos) para suprir